

75/8

<b>ATA DE REUNIÃO</b> <b>Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC</b>	<b>Nº: 006/2016</b>
	<b>Data: 15/04/2016</b>

### 1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
15/04/16	16:45h	18:30h	Sala de reuniões da Presidência/TJES

### 2. Participantes

Nome	Designação/Órgão
Fernando Estevam Bravin Ruy	Desembargador Presidente do CGTIC
Leonardo Alvarenga da Fonseca	Juiz Corregedor
Felippe Monteiro Morgado Horta	Juiz de Direito
Thiago Vargas Cardoso	Juiz de Direito
Gustavo Marçal Da Silva e Silva	Juiz de Direito
Salomão Akhnton Zoroastro Spencer Elesbon	Juiz de Direito
Marcelo Tavares De Albuquerque	Secretário-Geral do TJES
Christine Rossi	Secretária de Tecnologia da Informação do TJES
Fabio Cardoso Mello	Secretário de Finanças e Execução Orçamentária do TJES
Ana Paula Gireli Bissi Tatagiba	Secretária de Gestão de Pessoas (licenciada)
Cíntia Varejão Ribeiro de Freitas	Secretária de Gestão de Pessoas do TJES (em Exercício)
Alamir Costa Louro	Coordenador de Desenvolvimento - STI
Carlos Vinícius de Arimatea	Coordenado de Suporte - STI
Jeanni Will	Analista Judiciária Especial - membro do Comitê de Elicitação de Requisitos e Negócio do PJe (convidada)
Daniel Correia	Técnico Judiciário AE (Técnico em Informática)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with checkmarks.

### 3. Pauta

Item	Descrição
01	Reunião ordinária para apresentação e análise do Relatório diagnóstico e Plano de Contratação de TI.

### 4. Tarefas de reuniões anteriores (listagem atualizada até esta data)

Item	Discriminação	Responsável	Data Limite
01	Elaborar Relatório diagnóstico.	Comitê de Gestão de TIC Secretário-Geral	15/04/16
02	Organizar Audiências públicas, as quais serão realizadas em datas a serem definidas pelo Presidente do Comitê.	Fernando Estevam Bravin Ruy	
03	Apoiar e participar das Audiências.	Felippe Monteiro Morgado Horta Gustavo Marçal da Silva e Silva	
04	Recompôr o Comitê Gestor do PJe.	Comitê de Governança	29/05/2016
05	Elaborar PETIC e PDTIC	Comitê de Gestão de TIC	03/05/2016

### 5. Informações e deliberações em Reunião

Item	Descrição
01	Christine apresentou a pauta, e ressaltou que diante dos inúmeros temas abrangidos na pauta haveria necessidade, caso não se esgote nesta data, de agendamento de reunião extraordinária para o término da apresentação.
02	Foi apresentado o relatório de diagnóstico ressaltando seu Objetivo; Avaliação de planos anteriores; Análise de cenários; Diagnóstico da TI; Diagnóstico Cumprimento do Plano de Ação – Res. CNJ nº 211.
03	A apresentação da análise de cenários – SWOT foi abordada por meio de “estudo de casos”. Christine comentou que no momento em que uma ameaça (situação externa a STI) se encontra com um ponto franco (interno à STI) ocorre a má qualidade na prestação de serviço do setor. Durante a apresentação dos casos, os itens do Diagnóstico Situacional 2016/2017 foram destacados. <b>Caso 1. Projeto Cidadania dos Presídios e Audiência de Custódia</b>

Christine informou que a STI tomou conhecimento da demanda por meio de solicitação de instalação de 5 máquinas. No entanto, após o decorrer da semana, a real necessidade envolvia além dos equipamentos, acesso a sistema, liberação de usuário externo ao TJ/ES, suporte às equipes que trabalharão no projeto, instalações elétricas, cabeamento, etc. Marcelo comentou que outras Secretarias também foram acionadas para fornecer material necessário à demanda. Christine destacou que a falta de estudo, identificando a participação e os produtos de cada área gerou descontentamento entre os solicitantes.

Comentou também que a região onde o projeto Audiência de Custódia está ocorrendo (Cachoeiro de Itapemirim) teve queda de link de dados gerando indisponibilidade nos sistemas. Neste momento, ressaltou as ameaças, extraídas do diagnóstico situacional que se estiveram presente no citado caso.

- Urgências encaminhadas à STI, com prazos fixados pela Administração, sem considerar o tempo necessário para a análise da demanda com posterior apresentação da solução técnica (fls. 4);
- Não cumprimento das normas de segurança por usuários da TIC e dificuldade em seguir as orientações da STI (fls. 4);
- Baixa qualidade na prestação de serviço por parte de fornecedores de TI (fls. 4);
- Alteração/criação de estruturas físicas ou organizacionais (instalação de varas, fixação de convênios com entidades externas, movimentação física de varas, etc.) que necessitam de soluções tecnológicas sem contato prévio e no tempo adequado para a prestação do atendimento (fls 4);

Logo após, relacionou os pontos fracos, também presente no diagnóstico situacional:

- Adoções frequentes de soluções paliativas e inapropriadas devido a restrições de prazo e recursos (fls 6);
- Dificuldade em comunicar e gerir os técnicos das Centrais de Apoio Multidisciplinar devido à distância da Secretaria com as localidades da prestação de serviço e omissão da lei sobre a vinculação destes técnicos à STI (fls 6).

Abordou que o acesso fornecido a terceiros devem ser avaliados sobre a ótica da segurança da informação. Completou que a situação enfrentada fragiliza a prestação de serviço da STI, gerando insatisfação entre os magistrados envolvidos no processo e morosidade no atendimento jurisdicional.

Alamir registrou a questão de segurança, alertando que o pedido de baixa de acesso pelos agentes externos que acessam os sistemas do TJES não é realizado a contento, culminando em evidente ameaça à segurança da informação. Disso decorre a necessidade de encontrar mecanismos estruturados e oficiais de acessos, mas principalmente que demandas do PJES sejam estruturadas de forma a elucidar os riscos, requisitos de negócio e áreas envolvidas. O amadurecimento da gestão de demanda cria maturidade na instituição e gera maior previsibilidade de entregas e menos falhas.

### **Caso 2. Justiça em números**

Essa demanda chegou a TI no exercício de 2015, no final da gestão, para entrega em 28/02/16, com prorrogação para 15/04/16, mas a atual equipe da STI iniciou os trabalhos em 28/03 junto com o grupo de trabalho de produtividade de magistrado.

Ficou registrada a necessidade de definição formal para o processo de desenvolvimento da solução (análise da demanda, interpretação normativa, parametrização dos dados por

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'A. Chaves' and several other initials.]*

*[Handwritten mark in the top right corner, possibly initials 'JG' with a checkmark.]*

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

sistema e todo o desenho da regra de negócio aplicada).

Marcelo solicitou que a STI apresentasse a melhor forma para gerenciar as demandas. Neste momento, Christine, destacou a recomendação de número 4, presente às fls. 17, do diagnóstico situacional:

**Necessidade de avaliar a estratégia de disponibilização de quaisquer serviços de TI:** A disponibilização de serviços devem decorrer de uma estratégia formal (PLANO DE TRABALHO) aprovada pela autoridade máxima da organização e, sempre que possível, de modelos padronizados. A execução dos serviços de TI deve ser precedida por questões, tais como:

- 4.1 Por que os serviços de TI são necessários para a demanda?
- 4.2 Quais os riscos da disponibilização da nova demanda para os serviços existentes de TI?
- 4.3 Quais os benefícios verdadeiramente passíveis de serem auferidos pelo serviço de TI?
- 4.4 Que competências os servidores do quadro permanente devem ter para suportar os serviços de TI?
- 4.5 Quais processos de trabalho devem existir para suportar os serviços de TI?
- 4.6 Como tratar a questão da segurança da informação?
- 4.7 Como tratar a questão da dependência dos terceiros?
- 4.8 Como tratar a questão dos riscos legais inerentes à disponibilização dos serviços de TI (trabalhistas, previdenciários, tributários, contratuais, incompatibilidade com cargos etc.)?

Christine reiterou a necessidade de uma estrutura organizacional que possa, previamente, realizar o estudo da demanda e elaboração de um plano de ação para que o resultado seja alcançado em tempo hábil.

Sugeriu-se a elaboração de um formulário para esclarecimento dos requisitos mínimos para iniciar a demanda.

Ana salientou que além da definição da informação, o Judiciário estadual conta com a pouca fidedignidade dos dados registrados devido a falta de alimentação por parte dos usuários.

04	<p>Christine focou, neste momento, o Tema 5 – Pessoas, habilidades e competências (fls. 12 do diagnóstico situacional). Ressaltou que o quadro efetivo da TI é composto por técnicos e analistas que convivem com as mesmas tarefas e acabam desempenhando os mesmos papéis, independentemente, do cargo de entrada no Poder Judiciário.</p> <p>Neste momento, evidenciou a Recomendação de n° 7, presente às fls. 18 do diagnóstico, que cita a necessidade de “estabelecer carreira específica de TI”. Dissertou que esta é uma orientação do MPU e também do CNJ.</p> <p>Arimatêa ressaltou o déficit de servidores, destacando que a força de trabalho atual representa 40% da exigida pelo CNJ (Resolução CNJ n° 211). Christine comentou que a STI foi profundamente impactada com a destituição das funções gratificadas e dos cargos comissionados, causando falhas nas prioridades entre as seções, ausência de competências essenciais à Unidade, como as de profissionais de Direito e Administração. Acrescentou que a carência de chefia sobrecarrega os Coordenadores e Secretários.</p>
05	<p>Christine encerrou a apresentação do diagnóstico solicitando a todos a apreciação do relatório, visto que não será possível esgotar todos os temas em reunião.</p>

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

06	Dr. Thiago expôs que em conversa no início da gestão com a Presidência, havia um interesse da Administração na terceirização de alguns serviços. Sugeriu a extinção de alguns cargos para criação e alocação no Tribunal de Justiça.
07	Dr. Fernando Bravin arguiu da necessidade de instar a Corregedoria para fins de alertar a melhoria da atividade de alimentação dos sistemas (cadastros, registro dos atos), com a devida orientação e treinamento dos servidores, para fidedignidade dos dados de sistema, e, conseqüentemente, dos relatórios e estatísticas.
08	<p>Arimatéa apresentou o Plano de Contratação 2016, em conformidade com a Res. 182/13. Sugeriu a análise, com vistas à aprovação.</p> <p>Durante a apreciação dos projetos de contratação internet móvel 4G, sugeriu-se a redução da internet móvel como forma de redução de custos, mas para tanto, deve-se formular ato para estabelecimento dos critérios para a distribuição dos modems, priorizando Juízes Corregedores, Juízes auxiliares, Justiça Volante, ou seja, somente àqueles cuja necessidade de deslocamento torne imprescindível o uso. Essa abordagem foi aceita por unanimidade. A proposta será elaborada e encaminhada à Presidência. ]</p> <p>Marcelo sugeriu seja apresentada uma “minuta”, com o escopo da contratação e detalhamento da redução do valor contratual.</p>
09	<p>Sobre a implantação da Central de Serviços (service desk) esclareceu-se, nesse momento, o objeto da contratação e o modelo de atendimento.</p> <p>Arimatéa citou que aproximadamente 60% dos atendimentos da STI podem ser solucionados por meio de atendimento telefônico/acesso remoto (atendimento de primeiro nível). Informou que vários Tribunais já utilizam esses serviços (CNJ, TCU, TREs, TRTs entre outros) e que, durante o processo de elaboração do Termo de Referência para a contratação do citado serviço, a fim de dinamizar o trâmite processual, foi realizada reunião entre a Assessoria da Presidência, Secretaria Geral, Licitação e Contratos e STI para alinhamento dos itens do edital.</p> <p>Arimatéa, neste momento, abordou os principais pontos da contratação:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Empresa a ser contratada ficará fora das instalações do PJ/ES. A escolha se baseou no fato de não haver no órgão estrutura com os requisitos necessários para as normas de segurança deste tipo de prestação de serviço, além disso, a decisão evita riscos de ações trabalhistas.</li><li>- Suporte de telefônico (e de forma remota) em todo o estado, atendimento de 1º nível. Este atendimento permite que os técnicos acessem as máquinas de forma remota quando detectados incidentes.</li><li>- Suporte presencial (2º nível) apenas no município de Vitória (englobando as unidades presentes no TJES, CGJ, CAJE, Fórum Vitória, VEPAMA, etc.).</li></ul> <p>A escolha por um escopo reduzido, no que diz respeito ao atendimento de 2º nível se deve ao menor custo do projeto e a viabilidade de aprendizado da equipe da STI de forma a propiciar ampliação futura nas demais comarcas de abrangência do PJ/ES.</p> <p>Arimatéa acredita que o atendimento telefônico e/ou remoto abrangem cerca de 50% de</p>

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

	<p>todas as solicitações de atendimento encaminhadas à STI.</p> <p>Acrescentou que a Comarca de Vitória foi escolhida, para o atendimento de 2º nível por não possuir técnicos da STI lotados. Além disso, por estar mais próximo ao Tribunal de Justiça.</p> <p>Quanto questionado sobre como seria controlado o serviço prestado pela empresa do Service Desk, Christine argumentou este projeto não é isolado, na realidade ele fará parte de programa da melhoria do atendimento. Outro projeto já iniciado no ano de 2014 foi o de contratação de ferramenta para registro, acompanhamento e gestão dos chamados e gestão de serviços de TI. Será por meio dela que a empresa a ser contratada registrará todos os chamados. De forma a viabilizar o controle da prestação do serviço do fornecedor.</p> <p>A ferramenta, de nome Assyst, está em processo de implantação pelos técnicos da STI.</p> <p>Ana incluiu que o uso do software também pode ser ampliado para as outras áreas administrativas, se configurando como uma Central de Serviços.</p>
10	<p>Comitê solicitou a documentação do projeto para análise e posterior deliberação quanto à contratação da Implantação da Central de Serviços (service desk). Deliberou-se por nova reunião para a aprovação do tema.</p> <p>O Desembargador Fernando Bravin ressalta que o Comitê não aprecia os valores para aprovação.</p>
11	<p>Foi sugerido encaminhar o termo de referência digitalizado para os membros do comitê.</p>
12	<p>Arimatea apresentou o segundo projeto, nomeado "Serviço de Manutenção de Ativos de TI com fornecimento de Materiais" evidenciando a urgência de tramitação, por tratar do material necessário para a manutenção de Impressora, scanner, computadores, etc.</p> <p>Ressaltou que o consumo dos materiais de dará sob demanda. O Comitê aprovou, por unanimidade, o prosseguimento da contratação do Serviço de Manutenção de Ativos de TI com fornecimento de Materiais.</p>
13	<p>Dr. Salomão expôs o problema da propositura de processos em massa nos juizados especiais de Colatina, Linhares e Aracruz e Cachoeiro. Atualmente há um volume imenso de processos represados que estão sendo ajuizados devido à catástrofe da Samarco. Destacou que independentemente do sistema há necessidade de adoção de processo eletrônico.</p> <p>O Desembargador Fernando Bravin destacou a obrigatoriedade de utilização do PJe conforme resolução do CNJ. Citou a necessidade de estudo para atendimento da solicitação da presidência no que tange a expansão do PJe para juizados especiais, respectivas turmas recursais e agravo de instrumento no segundo grau.</p> <p>Alamir apresentou o resultado do estudo e descreveu as rotinas para expansão do PJe, a equipe atual e a necessidade de recursos para atendimento da demanda solicitada.</p> <p>Apresentadas as premissas do Cronograma:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Implantação Juizados especiais apenas em Colatina, Linhares e Cachoeiro;</li></ul>

78/8

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Turmas recursais Norte e Sul e 2 grau (agravo de instrumento).

- Considerando 5 dias para aprovação do CGTI das alterações do Comitês gestor do PJe, juízes e elicitação de requisitos e a deliberação de um dos 3 cenários propostos.
- E autorização do cronograma até o dia 26 de abril de 2016.

Apresentados os 3 cenários propostos:

CENÁRIO 1

– **Juizados e Turmas:**

- Treinamento presencial total 9 dias inicia 22/09
- Treinamento ao vivo via web por 10 dias
- Implantação inicia em 04/10 e termina em 01/12

– **Segundo Grau**

- Treinamento presencial total 9 dias inicia 12/12
- Treinamento ao vivo via web por 10 dias
- Implantação inicia em 13/12 e termina em 17/01

CENÁRIO 2

– **Juizados e Turmas e 5 varas execuções fiscais:**

- Treinamento presencial. Total 9 dias. Inicia 22/09
- Treinamento ao vivo via web por 10 dias
- Implantação inicia em 04/10 e termina em 06/12

– **Segundo Grau:**

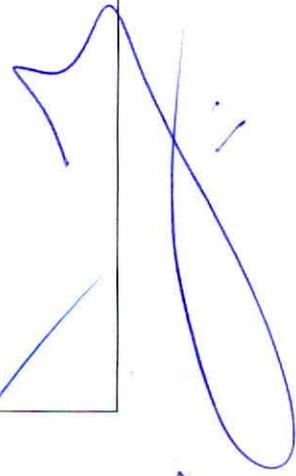
- Treinamento presencial total 17 dias inicia 09/03
- Treinamento ao vivo via web inviável nesse caso
- Implantação inicia em 03/04 e termina em 14/04

CENÁRIO 3

– **Juizados e Turmas e 5 varas execuções fiscais:**

- Treinamento presencial. total 9 dias. inicia 22/09
- Treinamento ao vivo via web por 10 dias
- Implantação inicia em 04/10 e termina em 06/12

– **Segundo Grau:**



AC Negro  
[Handwritten signatures and initials]

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Treinamento presencial total 17 dias inicia 09/03</li> <li>• Treinamento ao vivo via web inviável nesse caso</li> <li>• Implantação inicia em 03/04 e termina em 14/04</li> </ul> <p>Após os debates, foi deliberada pelo <b>Comitê a escolha pelo Cenário 02</b>.</p> <p>A premissa para tal cenário será a disponibilidade de 03 servidores que ficarão alocados em tempo integral do projeto de implantação.</p> <p>O Comitê sugeriu o que o Des. Ney, responsável pela demanda, auxilie o Comitê na indicação e fornecimento dos recursos de turma recursal e juizado especial.</p> <p>Alamir ressaltou que é necessário para atingir a expectativa sejam indicadas pessoas com o perfil descrito: conhecimento das rotinas de trabalho da área específica e capacidade analítica para criação de fluxogramas.</p>
14	<p>Dr. Gustavo apresentou demanda relacionada a publicação automática de tudo que for produzido nos gabinetes, o Alamir informou que a demanda já existe na STI e não foi priorizada.</p> <p>Dr. Thiago sugeriu instar o grupo de trabalho do eJUD quanto as demandas apresentadas, solicitando priorização.</p>
15	<p>Des. Bravin apresentou um expediente do Dr. Délio solicitando providências com relação aos sistemas conveniados, sugerido pelo Des. que um Magistrado entre em contato para entender melhor a demanda, uma vez que, aparentemente a solicitação não está relacionada a STI. O Dr. Thiago foi designado para realizar o contato.</p>
16	<p>Agendamento de reunião extraordinária para o dia 29/04/2015.</p>

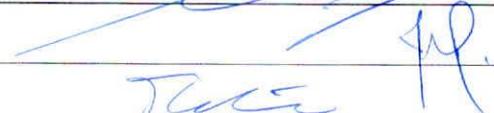
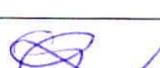
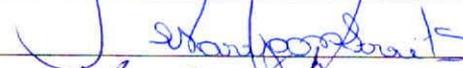
**6. Distribuição de tarefas**

Item	Discriminação	Responsável	Data Limite
01	Oficiar à corregedoria para reiterar a necessidade de melhoria de alimentação dos sistemas judiciais.	Fernando Bravin	29/04/2016
03	Elaboração de proposta de novo escopo do processo de contratação de internet móvel 4G para o PJES.	STI e Marcelo Albuquerque	20/04/2016
04	Reunião extraordinária no dia 29 de abril para a análise e aprovação do Plano de Contratação e apresentação do projeto de Service Desk	Todos	29/04/2016
05	Envio dos artefatos que serão apreciados na	Alamir Louro e Carlos	25/04/2016

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação**

	próxima reunião: TR do Service desk, Plano de Contratação, Propostas de cenário de implantação do PJe.	Arimatea	
07	Elaborar formulário para esclarecimento dos requisitos mínimos para estar de demandas e apresentar proposta de melhoria do processo de análise e definição de demandas no TJES.	Marcelo De Albuquerque Christine Rossi	25/04/2016
08	Contatar com Dr. Délio para apreciação da demanda relativa aos sistemas conveniados	Dr. Thiago Vargas	29/04/2016
08	Envio de Ata para apreciação	Christine Rossi	18/04/2016
09	Instar o grupo de trabalho do eJUD quanto as demandas apresentadas, solicitando priorização (publicação da produção nos gabinetes)	Alamir Louro	

**7. Aprovação**

Nome	Assinatura
Fernando Estevam Bravin Ruy	
Leonardo Alvarenga da Fonseca	
Felippe Monteiro Morgado Horta	
Thiago Vargas Cardoso	
Gustavo Marçal Da Silva e Silva	
Salomão Akhnton Zoroastro Spencer Elesbon	
Marcelo Tavares De Albuquerque	
Christine Rossi	
Fabio Cardoso Mello	
Ana Paula Gireli Bissi Tatagiba	
Cíntia Varejão Ribeiro de Freitas	
Alamir Costa Louro	

*Alamir*

*Tavares*



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Carlos Vinícius de Arimatea	
Jeanni Will	
Daniel Correia	